

A estigmatização de deficientes e os serviços especializados

*Sadao Omote

A descoberta da condição de deficiência em uma criança inicia um processo social no qual o deficiente e seus familiares começam a trilhar uma nova trajetória de vida. Essa trajetória se caracteriza por mudanças muitas vezes profundas que ocorrem no interior da família, onde cada pessoa precisa aprender a respeito da sua condição especial. Os pais dessa criança precisam encontrar meios de se ajustarem à condição de ser pai ou à de ser mãe de uma criança deficiente; se têm outros filhos, precisam ajudá-los a se ajustarem à condição de ser irmão ou irmã de uma criança deficiente.

Esse ajustamento é necessário, em parte, devido às dificuldades que objetivamente a família enfrenta por possuir uma criança incapacitada que exige atenção e cuidados adicionais. Além disso, a família precisa ajustar-se às conseqüências psicossociais do fato de possuir um membro estigmatizado (ou estigmatizável), que é freqüentemente abominado ou, no mínimo, desacreditado socialmente.

O deficiente e seus familiares passam por um particular processo de socialização no qual aprendem a respeito da sua condição social especial e de como as pessoas comuns da sociedade pensam a respeito deles. Nessa socialização, podem incorporar as crenças da sociedade a respeito deles e desenvolver auto-identidade de pessoas imperfeitas e desacreditadas (ou desacreditáveis) socialmente. Outras vezes, lutam

contra esse processo, administrando as informações sociais acerca de suas condições de tal maneira a buscar um ciclo de vida aparentemente normal. Aprendem a administrar, enfim, o seu estigma e o estigma de cortesia (Goffman, 1975).

Nesse cenário, o serviço especializado destinado ao usuário estigmatizado representa um papel especial. Os deficientes muitas vezes não são incluídos como usuários de uma série de serviços destinados a pessoas convencionais da sociedade. Em decorrência disso, criam-se serviços especializados destinados a pessoas deficientes, distintos daqueles de que estavam sendo excluídos. Considerando as especificidades das condições anátomo-fisiológicas e psicossociais de muitos dos deficientes, freqüentemente é necessário organizar serviços especializados à parte dos serviços destinados a usuários comuns. É uma exigência técnica. Entretanto, na medida em que há um serviço especial só para deficientes, à parte do serviço equivalente destinado a pessoas comuns, tal serviço adquire, mais ou menos inevitavelmente, um caráter segregador e estigmatizante.

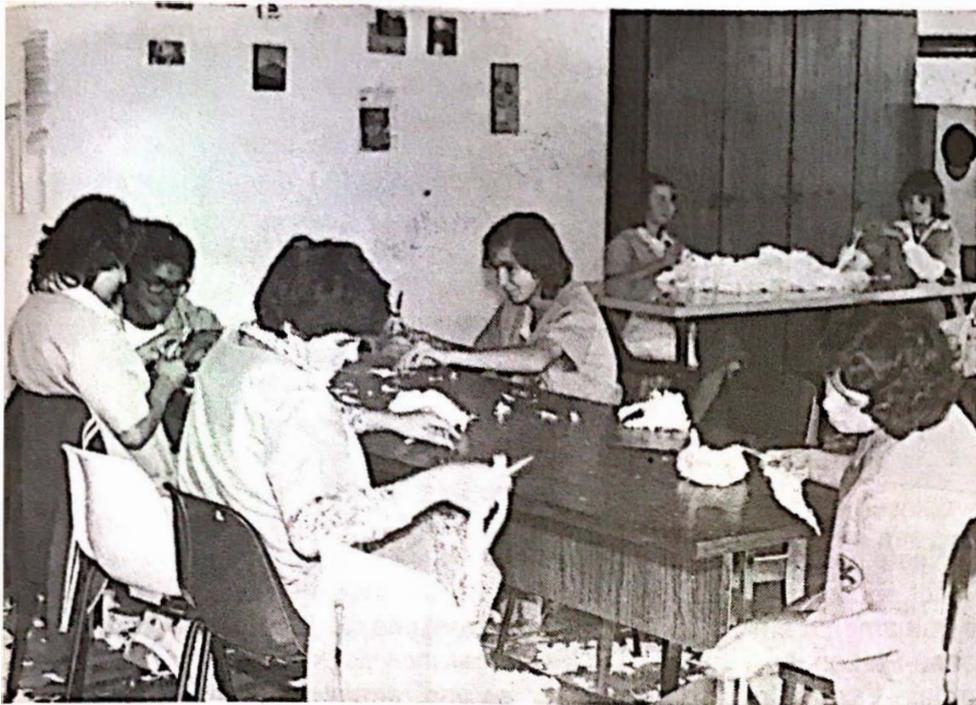
Todo serviço especializado tem uma dupla significação. De um lado, destina-se a atender as necessidades especiais de deficientes, necessidades essas que não podem ser atendidas por serviços destinados a pessoas comuns, dada a especificidade das condições de pessoas deficientes. De outro lado, comporta toda uma significação psicossocial que pode contribuir para a estigmatização ou invalidação social da pessoa deficiente. Entretanto, em

vez de se permitir que isto ocorra, como um subproduto mais ou menos inevitável da especialização do serviço, deve-se buscar um modo de funcionamento desse serviço especializado e um modo de sua inserção na sociedade, que contribuam para aproximar a carreira moral do deficiente e de seus familiares à de pessoas convencionais.

Na medida em que a mãe (ou o pai) tem possibilidade de levar o seu filho deficiente a algum serviço especializado, digamos o tratamento odontológico especializado, ambos têm a oportunidade de vivenciarem uma situação de vida que lhes era negada pelos serviços destinados a pessoas comuns. Ainda que o serviço seja especializado, separado daquele destinado a pessoas comuns, na medida em que uma criança passa a freqüentar regularmente o seu dentista para tratar de seus dentes, como o fazem outras crianças quaisquer, tanto o deficiente quanto a sua família têm oportunidade de confirmar aspectos da normalidade de suas vidas. Podem experienciar a satisfação de viverem aspectos normais de suas vidas.

Tendo o deficiente e a sua família oportunidade de participar de diferentes atividades e situações que fazem parte da vida cotidiana de qualquer pessoa, podem perceber mais claramente a extensão em que suas vidas são normais, como também a extensão em que suas vidas são especiais e, portanto, precisam recorrer a serviços especiais. Essa compreensão de o quanto a sua vida é normal e de aspectos específicos em relação aos quais a sua vida é especial é de capital impor-

*Professor Assistente, Doutor do Departamento de Educação Especial da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus de Marília.



tância para o deficiente e a sua família levarem um ciclo de vida o mais próximo do das pessoas convencionais da sociedade, sem que, para tanto, precisassem esforçar-se para passar por normal e mantivessem a aparência de normalidade.

É preciso, então, interpretar devidamente a eficácia de um serviço especializado no contexto da significação que ele adquire no meio social onde vive o cliente especial. É preciso, nessa avaliação do serviço, ir além dos aspectos estritamente técnicos e interpretar corretamente as conseqüências sociais que ele pode estar trazendo a deficientes e seus familiares. O serviço especializado deve funcionar como tal estritamente na extensão em que problemas apresentados por sua clientela requerem recursos ou intervenções especiais não disponíveis nos serviços destinados a pessoas comuns. Sem essa preocupação, o serviço especializado corre o risco de manter e fortalecer a segregação e estigmatização da sua clientela, socializando-a nos diversos papéis sociais de pessoas especiais.

Na educação ou reabilitação de pessoas deficientes, a especialização deve implicar, pelo me-

Os serviços especiais correm o risco de manter e fortalecer a segregação e a estigmatização.

nos na situação atual em que se encontram muitos dos nossos serviços especializados, um grande esforço por parte dos especialistas para lançarem mão do mínimo possível de recursos especiais que conhecem bem e pretendem utilizar em benefício das pessoas deficientes. O uso generalizado e indiscriminado de recursos especiais com as pessoas deficientes pode funcionar como um intenso e eficiente processo de socialização delas no papel social de deficientes e operar também como um processo de invalidação social delas. A grande maioria delas não precisa, essencialmente, levar uma vida especial na grande maioria das atividades da vida ordinária. No entanto, a utilização generalizada e indiscriminada de recursos especiais pode levar as pessoas deficientes a desenvolverem limitações, na medida em que passam a depender cada vez mais desses recursos especiais, os quais nem sempre estão disponíveis, além de exacerbar e evidenciar a natureza especial dessas pessoas.

Muito da diferença dos defi-

cientes em relação a pessoas convencionais da sociedade é inferido ou mesmo imputado a partir das diferenças originais, em virtude do processo conhecido por *efeito globalizante* de uma incapacidade (Wright, 1960). Outras diferenças podem ser "construídas" nos deficientes mediante tratamento distintivo a eles destinado. A extensão em que os efeitos de uma incapacidade serão globalizados depende das respostas sociais a essa incapacidade, ao portador dessa incapacidade e aos seus familiares. O profissional empenhado no atendimento especializado, em qualquer área, precisa, então, estar atento para que as suas respostas sociais, organizadas sob a forma de serviço especializado, não contribuam para o processo de invalidação social dos deficientes, globalizando ainda mais os efeitos específicos de uma incapacidade específica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975 (tradução do original norte-americano de 1963 por Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes).
- WRIGHT, B. A. *Physical Disability: A Psychological Approach*. New York, Harper & Brothers, 1960.



CENTRO INFANTIL DE PSICOMOTRICIDADE

Tratamento dos problemas de aprendizagem e da fala.

Rua Presidente Coutinho, 46 — Fone: 22-4991 — Fpolis — SC